



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 40 min.

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 4º PERÍODO **DATA: 22/09/2025**

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D

"A cada página lida e a cada aula assistida, você constrói sua própria história".

Boa Prova!

Disciplina: Direito Civil – Das Obrigações II
Professora: Leilane Paula Camargos

Questão 01

João emprestou R\$ 20.000,00 a Pedro, com prazo de pagamento em 12 meses. Antes do vencimento, João resolveu ceder esse crédito a Maria, por contrato escrito entre eles. Ocorre que Pedro, devedor, não foi notificado da cessão e, ao chegar na data do vencimento, pagou a dívida diretamente a João.

Nessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) A cessão é inválida, pois a validade depende da notificação do devedor.
- b) A cessão é válida entre João e Maria, mas ineficaz em relação a Pedro enquanto ele não for notificado.
- c) A cessão é inválida, pois só poderia ocorrer após o vencimento da dívida.
- d) A cessão só será válida se feita por escritura pública.

Questão 02

Marcos tinha um crédito de R\$ 40.000,00 contra Paulo. Precisando de dinheiro, Marcos cedeu esse crédito a Júlia por contrato escrito. Quando Júlia foi cobrar, descobriu que Paulo estava insolvente e não tinha condições de pagar a dívida.

Nessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Marcos é responsável pela solvência de Paulo, devendo garantir o pagamento a Júlia.
- b) Marcos não é responsável pela solvência de Paulo, respondendo apenas pela existência do crédito no momento da cessão.
- c) A cessão é inválida porque não houve previsão expressa sobre a responsabilidade do cedente.
- d) Júlia não poderá cobrar nem de Marcos nem de Paulo, já que o crédito se tornou inexigível.

Questão 03

Marco é namorado de Mariquinha. Mariquinha está devendo R\$50.000,00 para André. Marco percebendo a tristeza de Mariquinha paga a dívida dela.

Nessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Se Marco pagar a dívida em nome de Mariquinha tem direito à reembolso.
- b) Se Marco pagar a dívida em nome próprio tem direito automático à sub-rogação.
- c) Marco é um terceiro desinteressado e se pagar em nome da Mariquinha não tem direito a nada.
- d) Marco é um terceiro interessado, pois é namorado de Mariquinha e em qualquer caso terá direito à sub-rogação.

Questão 04

Henrique alugava um imóvel de Roberto por R\$ 1.800,00 mensais. No meio do contrato, Roberto faleceu. Após sua morte, dois filhos de Roberto, Ana e Paulo, passaram a discutir judicialmente a herança e ambos procuraram Henrique exigindo o pagamento do aluguel diretamente em suas contas pessoais.

Nessa situação, qual a medida correta a ser adotada por Henrique para se liberar validamente da obrigação?

- a) sub-rogação
- b) imputação do pagamento
- c) consignação em pagamento
- d) dação em pagamento

Questão 05

Marina devia R\$ 50.000,00 ao banco. Considere as duas situações de forma independente para responder as questões:

- Situação 1 : O fiador de Marina, para evitar a execução e perda do imóvel próprio quita integralmente a dívida diretamente ao banco. Pela lei, ele se sub-roga nos direitos do credor em relação a Marina. Posteriormente, tenta cobrar de Marina R\$ 60.000,00 alegando despesas extras.
- Situação 2: O amigo de Marina, sem ser terceiro interessado, resolve pagar R\$ 50.000,00 da dívida dela. Antes de pagar, firma contrato com Marina de que, em troca, ela deveria restituir-lhe R\$60.000,00.

Considerando as regras da sub-rogação, assinale a alternativa correta:

- a) Tanto na sub-rogação legal quanto na convencional o credor por sub-rogação só pode cobrar o valor que efetivamente desembolsou.
- b) Na sub-rogação legal, o fiador só pode cobrar os R\$ 50.000,00 que pagou, mas na sub-rogação convencional, segundo a corrente clássica, o amigo pode estipular valor maior do que o que pagou.
- c) O fiador se sub-roga legalmente. A sub-rogação legal pode ser especulativa, ou seja, o fiador pode cobrar os R\$60.000,00 de Marina.
- d) A sub-rogação convencional é inválida, pois somente a lei admite essa figura.

Disciplina: Direito Processual Civil I

Professora: Roberta Favalessa Donini

Questão 06

O Direito Processual Civil é o ramo do Direito que estabelece as regras e os princípios para a condução de processos judiciais civis, regulando a forma como as disputas entre partes são resolvidas pelo Estado-juiz. É correto afirmar:

- a) o processo civil deve ser aplicado a somente ações oriundas do direito civil.
- b) o processo civil é regra, junto ao processo penal, para as ações penais.
- c) o processo civil é direito público, sendo aplicado nas ações civis que englobam o direito civil, consumidor, previdenciário, constitucional, dentre outros, inclusive de forma subsidiária.
- d) o processo civil é direito público – privado.

Questão 07

São princípios no processo civil, EXCETO:

- a) retroatividade benéfica da lei.
- b) contraditório e ampla defesa.
- c) publicidade dos atos processuais.
- d) devido processo legal.

Questão 08

Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I – o direito processual civil pode ser aplicado subsidiariamente ao direito trabalhista/processual trabalhista, naquilo que houver omissão no direito processual trabalhista.

II – o direito processual civil não pode ter seus prazos processuais alterados, nem mesmo ser convencionado entre as partes. O que se pode é formular calendário para a prática de atos processuais, desde que em comum acordo entre as partes e o juiz.

III – a finalidade de um processo é obter uma solução aos conflitos.

- a) V, F, V.
- b) F, F, F.
- c) V, V, F.
- d) V, V, V.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial II

Professor: Juliana Soler

Questão 09

Caio, primário, as 02 horas da madrugada, ingressa em uma residência, arrombando a porta e retirando de seu interior um porquinho. De posse do animal, já em sua casa, Caio o abate, preparando com ele uma feijoada. Ao chegar em casa, vinda de uma festa, por volta das 06 horas da manhã, Diana, única moradora e dona do pequeno suíno, seu animal de estimação, adquirido recentemente, pela importância de mil reais, e de valor inestimável para ela, aciona a polícia, a qual apura toda a dinâmica dos fatos, identificando Caio como seu autor. Diante do caso narrado é correto afirmar que Caio:

- a) deverá responder por crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, com o privilégio do pequeno valor da coisa subtraída e da primariedade do réu.
- b) Não deverá responder por qualquer crime, reconhecendo-se o princípio da bagatela, considerando o valor ínfimo do bem subtraído.
- c) Deverá responder por crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo apenas.
- d) Deverá responder por furto privilegiado apenas.

Questão 10

Pedro ingressou na residência de sua avó Teresa e subtraiu o pequeno cofre do quarto, levando-o para um beco. Sem saber o segredo do cofre, abriu-o com um maçarico e subtraiu as joias de seu interior. Em seguida, levou as peças a uma tradicional joalheria da cidade e vendeu-as a João, comerciante de 20 anos, que comprou os objetos sem se importar em apurar a origem. Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue. O ato praticado por Pedro configura crime de:

- a) Furto qualificado pelo rompimento de obstáculo.
- b) Receptação qualificada.
- c) Furto simples.
- d) Não caracteriza crime.

Questão 11

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O furto exige o dolo (*animus furandi*) e a intenção de apropriação definitiva (*animus rem sibi habendi*), bem como para sua consumação, é indispensável que o agente se apossa da coisa e passe a agir como seu legítimo proprietário.
- b) O furto de uso é uma conduta típica no direito brasileiro, pois o agente, ao subtrair a coisa alheia móvel com intenção de usá-la momentaneamente, comete o crime de furto, independentemente de restituí-la ao possuidor originário.
- c) O chamado furto de uso não é conduta típica, por ausência do *animus rem sibi habendi*. O agente quer usar a coisa momentaneamente, sem dela se apropriar. Não haverá crime.
- d) O furto famélico não é hipótese de incidência da bagatela. Trata-se da situação comprovada de extrema penúria. Não há crime pela incidência da excludente de ilicitude consistente no estado de necessidade (art. 24 do CP).

Questão 12

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) com a adoção da *teoria da amotio*, o crime de roubo passa a ter feições de crime formal (não depende de resultado material naturalístico), já que basta o emprego da violência ou grave ameaça, com a consequente inversão da posse do bem, ainda que não se opere a retirada da esfera de vigilância da vítima.

- b) Não se aplica o princípio da insignificância ao roubo, diante da pluriofensividade, revelada no emprego da violência e da grave ameaça. O desvalor da ação é elevado.
- c) Não há previsão de roubo privilegiado.
- d) Aplica-se o princípio da insignificância ao crime de roubo.

Disciplina: Direito Constitucional IV

Professor: Mário César M. Miranda

Questão 13

No âmbito do processo legislativo brasileiro, o Presidente da República encaminhou um projeto de lei ao Congresso Nacional, solicitando urgência constitucional. Após aprovado com alterações no Senado Federal, o texto retornou à Câmara dos Deputados, que não o apreciou dentro do prazo constitucional. Sobre a hipótese, assinale a alternativa correta:

- a) O projeto será devolvido ao Presidente da República para sanção tácita, pois o decurso do prazo implica aprovação automática.
- b) A inércia da Câmara dos Deputados acarreta o trancamento da pauta dessa Casa até a votação final do projeto, ressalvadas apenas as matérias com prazo constitucionalmente determinado.
- c) O projeto será arquivado, uma vez que a ausência de apreciação em prazo determinado equivale a rejeição tácita.
- d) O projeto deverá ser obrigatoriamente apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional, em até 10 dias, sob pena de nulidade absoluta do processo legislativo.

Questão 14

Sobre o processo legislativo disciplinado pela Constituição Federal, julgue as seguintes assertivas:

I. São legitimados para propor emendas à Constituição Federal: um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; o Presidente da República; e mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.

II. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. É vedada a edição de medidas provisórias sobre, entre outras matérias, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, direito penal e processual penal ou civil.

III. A lei delegada é elaborada pelo Presidente da República, após solicitação ao Congresso Nacional por meio de resolução que especifica seu conteúdo e os termos de sua delegação. Não pode versar sobre organização do Judiciário, do Ministério Público, direitos políticos, planos orçamentários ou matérias reservadas à lei complementar.

IV. A aprovação de lei complementar exige quórum de instalação de maioria absoluta e quórum de votação de maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa.

É correto o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I e III, apenas.
- d) I e IV, apenas.

Questão 15

O presidente da República editou a Medida Provisória nº X (MPX), que dispõe sobre requisitos a serem observados na celebração do contrato de alienação fiduciária em garantia, considerando os impactos econômicos que esses ajustes estavam acarretando no respectivo momento histórico. Decorrido o prazo de 45 dias, contados da publicação da MPX, que ocorrera no mês de março do ano ZZ, foi estabelecido regime de urgência e determinado o sobrestamento das demais proposições legislativas em tramitação na Casa Legislativa em que a medida provisória se encontrava pendente de apreciação, vale dizer, na Câmara dos Deputados. As referidas proposições abrangiam todas as

espécies legislativas elencadas no Art. 59 da Constituição da República. A MPX veio a ser aprovada, sem alterações, em ambas as Casas do Congresso Nacional, 120 dias após a sua publicação, sendo convertida na Lei nº Y, promulgada pelo presidente da Mesa do Congresso Nacional.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a narrativa:

- a) Não apresenta incorreção;
- b) Somente apresenta incorreção em relação ao objeto da MPX;
- c) Somente apresenta incorreção em relação à promulgação da Lei nº Y;
- d) Somente apresenta incorreção em relação às proposições legislativas que foram sobrestadas.

Questão 16

O Presidente da República, diante de situação de urgência e relevância, editou a Medida Provisória nº 123/2025, tratando de matéria de grande impacto social. O Congresso Nacional não a apreciou no prazo inicial. Posteriormente, a MP foi reeditada pelo Presidente da República com o mesmo conteúdo, e, no curso de sua vigência, foram aprovadas emendas parlamentares que ampliaram substancialmente seu escopo.

Considerando a disciplina constitucional acerca das medidas provisórias, assinale a alternativa correta:

- a) A Medida Provisória perde sua eficácia se não for apreciada no prazo constitucional, sendo vedada a reedição na mesma sessão legislativa.
- b) A Medida Provisória pode ser reeditada indefinidamente, desde que mantenha o mesmo conteúdo, até que seja apreciada pelo Congresso Nacional.
- c) As emendas parlamentares que ampliem substancialmente o conteúdo da Medida Provisória não apresentam qualquer limitação constitucional.
- d) Caso a Medida Provisória não seja apreciada no prazo constitucional, permanece válida até a manifestação expressa do Congresso Nacional em sentido contrário.

Questão 17

Um projeto de lei federal apresentado pelo Presidente da República foi aprovado, no Legislativo, pela Casa iniciadora, e enviado à Casa revisora, onde sofreu emendas. Esse projeto de lei

- a) Será imediatamente enviado ao Presidente da República que, aquiescendo, o sancionará.
- b) Será imediatamente enviado ao Presidente da República que poderá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de dez dias úteis, contados da data do recebimento.
- c) Voltará para a casa iniciadora, qual seja, o Senado Federal.
- d) Voltará para a casa iniciadora, qual seja, a Câmara dos Deputados.

<p>Disciplina: Direito Empresarial II Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho</p>

Questão 18

Jorge, José e Pedro constituem, com pacto expesso limitativo de poderes, pequena empresa para prestação de serviços de marcenaria, sem levar seus atos constitutivos ao competente registro. Pedro, em nome da sociedade, celebra contrato com Maria para fornecimento e montagem de uma cozinha planejada, recebendo adiantado os valores correspondentes aos serviços e produtos contratados. Maria desconhece a existência de tal pacto limitativo. Inadimplido o contrato, Maria poderá ter seu crédito satisfeito com a excussão dos bens:

- a) sociais, considerando a existência de pacto limitativo de poderes, sem possibilidade de invasão dos bens particulares dos sócios.
- b) particulares dos sócios, já que estes respondem solidária e ilimitadamente pelas dívidas contraídas em nome da sociedade, sem possibilidade de excussão dos bens da sociedade, por se tratar de sociedade em comum, com pacto limitativo de poderes.
- c) particulares de Pedro, por desconhecer a existência de pacto limitativo de poderes e considerando ter ele celebrado o contrato em nome da sociedade em comum, sem possibilidade de excussão dos bens sociais ou dos demais sócios.

d) sociais e particulares dos sócios, devendo exaurir os bens sociais para invasão do patrimônio dos sócios, exceto para Pedro, cujos bens particulares poderão ser executados concomitantemente com os bens sociais.

Questão 19

No Brasil alguns produtos são caracterizados por sua indicação geográfica, termo que engloba a indicação de procedência e a denominação de origem nos termos da Lei de Propriedade Industrial. Neste sentido, o parque industrial da cachaça no município de Paraty, considerando a modernização dos equipamentos e o aumento da capacidade dos alambiques, possui hoje uma capacidade máxima de produção de 491.360 litros/ano, somando-se a capacidade de produção dos 7 (sete) alambiques em atividade no município. A safra produzida no ano de 2007 foi de 210.000 litros, conforme vistoria realizada pela APACAP, onde foram colhidas as amostras para a análise dos produtos. Os produtores que se encontram totalmente dentro das regulamentações da IG Paraty e que receberam os primeiros selos no sábado são: Cachaça Coqueiro, Cachaça Corisco, Cachaça Engenho D'Ouro, Cachaça Labareda, Cachaça Maria Izabel e Cachaça Paratiana. Por outro lado, o arroz do litoral norte gaúcho tem como principal peculiaridade a maior percentagem de grãos inteiros e a baixa taxa de gessamento, que confere maior translucidez e cor branca mais intensa ao grão. Essas características são verificadas devido à influência dos ventos, da temperatura e da umidade que predominam na área. O vento constante e a quantidade abundante de água na região, pela proximidade com a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, proporcionam clima e temperaturas estáveis. Essas condições são ideais para o cultivo do arroz, reconhecido e valorizado pelos atacadistas e beneficiadores de todo o país, como produto de melhor qualidade e maior rendimento. Ante o que fora estudado pode-se afirmar que:

- A) A Cachaça de Paraty é denominação de origem e o Arroz do Litoral Norte Gaúcho é indicação de procedência.
B) A Cachaça de Paraty e o Arroz do Litoral Norte Gaúcho são indicação de procedência.
C) A Cachaça de Paraty e o Arroz do Litoral Norte Gaúcho são denominação de origem.
D) A Cachaça e Paraty é indicação de procedência e o Arroz do Litoral Norte Gaúcho é denominação de origem.

Questão 20

Relacione a segunda coluna de acordo com a primeira.

I) Sociedade simples	() Independente do seu objeto social a sociedade será sempre empresária.
II) Sociedade limitada	() A responsabilidade dos seus sócios é restrita ao valor das cotas do capital subscrito e totalmente integralizado.
III) Sociedade por ações	() Será registrada no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas. () A responsabilidade dos sócios é pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.

Marque a alternativa que corresponde a ordem **CORRETA**, de cima para baixo:

- a) II - I - II - III.
b) III - II - I - III.
c) II - II - I - III.
d) III - I - III - II.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica
Prof.: Aldení Lima

Questão 21

Para Lakatos e Marconi (2009, p. 18, grifos nossos) o senso comum “não se distingue do conhecimento científico nem pela veracidade nem pela natureza do objeto conhecido: o que os diferencia é a forma, o modo ou o método e os instrumentos do ‘conhecer’”. Todavia, recebe pejorativamente a denominação de conhecimento vulgar ou popular.

O senso comum também é capaz de produzir aquilo que as ciências chamam de dogma.

Assinale a alternativa que exemplifica um tipo de dogma.

- a) Na biologia, por exemplo, os primeiros estudos sobre as células, os quais não apontaram a existência de organelas celulares.
- b) A reflexão sobre os fatos e problemas que cercam o ser humano, sempre na tentativa de compreender e problematizar, mas tem a intenção de resolvê-los.
- c) Os desenhos (pinturas rupestres) com a finalidade de se comunicarem e de se expressarem.
- d) As ações dos terroristas islâmicos, que se vestem de bombas e sacrificam sua vida para matar muitas outras que não sigam a sua religião.

Questão 22

Os tipos de pesquisas podem ser classificados de acordo com o seu objetivo geral e, segundo Gil (2002), podem ser divididas em pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas. Os objetivos, como lembra Mattar Neto (2014), estão relacionados com os propósitos do estudo, ou seja, o que você quer estudar e para quê.

Sobre os tipos de pesquisa, analise o trecho:

“Na testagem do efeito de um medicamento sobre uma determinada doença, onde temos dois grupos de indivíduos, um no qual o medicamento foi aplicado e outro não. No final, o pesquisador compara a evolução da doença entre os grupos.”

Indique a qual tipo de pesquisa o trecho se refere:

- a) Pesquisa exploratória.
- b) Pesquisa descritiva.
- c) Pesquisa explicativa.
- d) Pesquisa bibliográfica.

Disciplina: Direito do Consumidor
Professor: Mário César M. Miranda

Questão 23

Uma companhia aérea, ao realizar manutenção em uma de suas aeronaves, não observou os devidos padrões de segurança, ocasionando um acidente durante a decolagem. Diversas pessoas ficaram feridas, incluindo moradores que estavam em casas próximas ao aeroporto, as quais jamais haviam adquirido passagem aérea dessa companhia.

À luz do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os passageiros que compraram passagem da companhia aérea podem ser considerados consumidores, excluindo os moradores atingidos.
- b) Tanto os passageiros quanto os moradores atingidos podem ser considerados consumidores, ainda que estes últimos não tenham contratado serviço da companhia aérea, por se tratar de consumidores por equiparação.
- c) Os moradores atingidos só poderiam pleitear reparação de danos com base no Código Civil, e não no Código de Defesa do Consumidor.
- d) Os moradores atingidos somente poderiam ser considerados consumidores se comprovassem vulnerabilidade técnica em relação à companhia aérea.

Questão 24

Acerca do conceito de consumidor, assinale a alternativa correta.

- a) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produtos ou serviços como destinatário final.
- b) Consumidor é toda pessoa física, exclusivamente, que adquire ou utiliza produtos ou serviços como destinatário final.
- c) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produtos ou serviços como destinatário mediato.
- d) Consumidor é toda pessoa jurídica, exclusivamente, que adquire ou utiliza produtos ou serviços como destinatário final.

Questão 25

No âmbito das relações de consumo, o Código de Defesa do Consumidor estabelece a vulnerabilidade como um dos princípios basilares. Acerca desse princípio, assinale a alternativa correta:

- a) A vulnerabilidade do consumidor deve ser demonstrada no caso concreto, mediante prova da sua incapacidade técnica, jurídica ou econômica frente ao fornecedor.
- b) A vulnerabilidade do consumidor é presumida pela lei, sendo reconhecida de forma ampla e objetiva em todas as relações de consumo.
- c) A vulnerabilidade somente se aplica quando o consumidor é pessoa física, não alcançando as pessoas jurídicas que adquirem produtos ou serviços.
- d) O princípio da vulnerabilidade estabelece igualdade de condições entre consumidor e fornecedor, afastando a aplicação das normas protetivas do CDC.